

PETROPOLITANAS

POR RICHARD STOLTZENBURG

TV Câmara



Léo França cobra instrumento jurídico para saída

Licença de Domingos Protetor é questionada

A sessão realizada na última terça-feira (05) foi marcada pela posse do vereador Henrique Laranja (PP). Porém, outro tema também foi destaque logo no início da sessão e envolvendo o ex-vereador Domingos Galante Neto (Protetor), então 1º suplente do PP. O presidente da Câmara, vereador Júnior Coruja (PSD), foi questionado sobre a licença con-

cedida ao suplente para atuar no executivo. Atualmente Domingos Protetor exerce o cargo de Diretor de Planejamento da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes (CPTTrans). O vereador Léo França (PSB) foi o parlamentar quem questionou a licença, alegando falta de instrumento jurídico por parte da Câmara Municipal.

Cassação da suplência

Léo França citou que Domingos anda pela rua ao 12h, enquanto deveria exercer a função a qual foi posto. Informou ainda que buscará a cassação da suplência de Domingos Protetor. Em resposta aos questionamentos, também feitos pelo vereador Tiago Leite (PSD),

Coruja alegou que foi protocolado o afastamento do parlamentar e que os documentos serão encaminhados ao gabinete de Léo França e Tiago Leite. Por sua vez, Domingos afirmou que sempre quis fazer parte do executivo e que a informação dada por França é mentirosa.

Arquivo/TV Correio da Manhã



Reajuste foi aprovado na Câmara em 2024

Justiça mantém reajuste salarial do executivo

O juiz da 4ª Vara Cível de Petrópolis, Jorge Luiz Martins, proferiu no dia 24 de janeiro uma decisão que manteve o reajuste de salário em cerca de 70% para o prefeito de Petrópolis e para o secretário na ação, ingressada pela vereadora Júlia Casamasso (PSOL), que visava suspender o aumento. O reajuste salarial foi discutido em sessão da Câ-

mara Municipal, realizada no dia 20 de dezembro e de 15 parlamentares, 13 aprovaram o reajuste. A pauta foi levada à Câmara com a argumentação de que os salários de prefeito e secretários em Petrópolis não eram reajustados desde 2013. Na decisão, o magistrado não identificou irregularidades nos projetos de lei 203 e 204 referentes ao tema.

Bolsa atleta abre novas vagas

O Ministério do Esporte abriu nesta semana as inscrições para o programa 'Bolsa Atleta', programa de patrocínio individual para o esporte. As inscrições podem ser feitas até o dia 24 de fevereiro. Segundo o ministério, a previsão é que a lista de

contemplados ser publicada entre os dias 22 a 24 de abril. Além de estabelecer critérios e procedimentos para concessão do benefício, suspensão e cancelamento de bolsas, o edital lista formas e prazos para a inscrição dos atletas interessados.

96 petropolitanos contemplados

O público beneficiário são atletas de alto desempenho que obtêm bons resultados em competições nacionais e internacionais de sua modalidade. Até o momento, 96 petropolitanos foram contemplados. As categorias contempladas são: Base, Estudantil, Nacional, Internacional e

Olimpíca, Paralímpica e Surdolímpica. Como no edital anterior, o benefício é estendido para atletas gestantes e puérperas, atletas surdos e guias e auxiliares do esporte paralímpico poderão se inscrever para receber o auxílio e obter condições para se dedicarem.

TCE pode manter suspensão de licitação da Comdep

O edital com possíveis falhas foi autorizado pelo ex-diretor, Léo França

Por Gabriel Rattes

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) está analisando um caso de possível irregularidade em uma licitação da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep). A licitação em questão foi aberta em 2024 e tem como objetivo contratar serviços para instalar um sistema de videomonitoramento em locais onde há descarte irregular de entulhos nas ruas de Petrópolis. O conselheiro Marcelo Verdini Maia já se posicionou sobre o caso, sugerindo que a licitação seja mantida suspensa. Ele apontou que o ex-presidente da Comdep, Léo França, não verificou a legalidade do Estudo Técnico Preliminar antes de autorizar a licitação. O caso ainda está sendo discutido pelo Tribunal de Contas.

A licitação

No início de 2024, a Comdep, sob a direção de Léo França, publicou um edital para contratar uma empresa que faria a implantação do sistema de videomonitoramento em Petrópolis. A licitação ocorreu no dia 26 de abril de 2024, utilizando o modelo de "Menor Preço Global", que visa contratar a proposta mais barata.

Ainda de acordo com o Edital de 2024, a empresa vencedora deveria fornecer: 30 Pontos de Monitoramento Inteligente - PMI incluso 01 câmera com Leitura de placas OCR (Com gravação de 30 dias) e Corneta SIP; 70 Pontos de Monitoramento Inteligente - PMI incluso 01 câmera (Com gravação de 30 dias) e Corneta SIP; uma Central de Monitoramento Smart Advanced (Microcomputadores de Visualização, Telas de Monitoramento, Servidor Local para Backup de Gravações, Mesas e Cadeiras); uma plataforma de videomonitoramento em nuvem; um Processamento de Inteligência Artificial; um Aplicativo Mobile; um Serviço de armazenamento



Ascom/PM

O processo ainda está sendo discutido pelo Tribunal de Contas do Estado

em nuvem por 30 dias não incluso a câmera; e 36 Serviços de Internet Banda Larga Fibra Ótica Mínimo 200Mbps.

O Tribunal de Contas

O TCE está analisando o caso desde 2024. Em 30 de julho do ano passado, o Tribunal suspendeu a licitação e a assinatura do contrato com a empresa vencedora, apontando sete possíveis irregularidades, entre elas:

- Falta de previsão legal para as atividades propostas;
- Falta de espaço para questionamentos e impugnações digitais ao edital;
- Proibição de empresas em recuperação judicial participarem;
- Uso de pregão presencial sem justificativa;
- Junção de itens do edital sem explicação dos benefícios dessa medida;
- Especificação inadequada dos serviços e exigências que limitam a competição;
- Ausência de estudo técnico e pesquisa de preços adequados.

Em 3 de fevereiro de 2025, o conselheiro Marcelo Verdini Maia enfatizou que o Estudo Técnico Preliminar apresenta-

do pela Comdep não atende aos requisitos mínimos, com base em leis federais. "O Estudo Técnico Preliminar é elemento essencial da etapa do planejamento das contratações públicas, caracterizando o interesse público envolvido e a sua melhor solução, servindo de base para a elaboração do anteprojeto, do Termo de Referência (TR) ou do Projeto Básico (PB), caso se conclua pela viabilidade da contratação", diz um trecho do documento.

Com isso, Verdini recomendou que a suspensão da licitação seja mantida e que o ex-presidente da Comdep, Léo França, seja informado sobre a falha na autorização do certame. Além disso, ele pediu que o presidente da Comissão de Licitação, Adilson Souto da Paz, também fosse comunicado pela falta de conformidade do Estudo Técnico Preliminar. A recomendação também inclui notificar a empresa vencedora e os atuais responsáveis pela gestão da cidade. O processo segue em análise pela Corte de Contas.

O que diz Léo França?

Procurado, o vereador e ex-diretor presidente da Com-

dep, Léo França, afirmou que com o aumento das reclamações relacionadas ao descarte irregular de entulhos em áreas públicas, tomou as medidas necessárias para combater essa prática. "Foi aberto um processo administrativo acompanhado de um estudo técnico que possibilitou a implantação do sistema de câmeras para monitoramento de descarte irregular nas vias públicas. A Comdep reuniu um relatório fotográfico e dados que comprovavam a urgência de agir de forma eficaz para identificar os responsáveis por essas infrações", afirmou.

"Com a conclusão do processo administrativo, iniciamos o processo licitatório para a contratação da empresa responsável pelo serviço. Em total conformidade com as exigências legais, solicitamos ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) o arquivamento do processo, apresentando todos os documentos e evidências que demonstram a total legalidade de nossos atos administrativos. Ressalto que todas as medidas adotadas foram feitas com total respeito aos princípios constitucionais e à transparência", completou o vereador.

Prefeitura de Petrópolis investe mais de R\$ 1 milhão na merenda escolar

O abastecimento das unidades escolares da rede municipal de ensino de Petrópolis foi planejado para garantir alimentação de 36 mil estudantes no retorno às aulas. Para isso, a Secretaria de Educação adquiriu quase 100 toneladas de alimentos, incluindo proteínas, hortifrutigranjeiros e produtos não perecíveis, com um investimento total superior a R\$ 1 milhão.

Entre os itens adquiridos, estão mais de 14 toneladas de produtos cárneos, além disso, foram compradas mais de 39 toneladas de hortifrutigranjeiros. A aquisição de produtos não perecíveis também faz parte do planejamento para garantir a diversidade nutricional das refeições escolares. A merenda escolar é acompanhada por nutricionistas para assegurar um cardápio balanceado e adequado às necessidades dos alunos.

"Garantir a alimentação de qualidade para nossos estudantes é um compromisso prioritário da nossa gestão. Estamos investindo para que todas as escolas estejam abastecidas desde o primeiro dia de aula, oferecendo refeições nutritivas e seguras, essenciais para o desen-



Secretaria de Educação adquiriu quase 100 toneladas de alimentos

volvimento dos alunos", destacou o prefeito Hingo Hammes. "A merenda é um componente essencial para o desempenho escolar dos alunos, e temos como prioridade o planejamento adequado para que não falte alimento nas unidades. A execução deste processo permite que os estoques sejam reabastecidos conforme a demanda", afirmou o secretário de Educação, Alexandre Gurgel.

Além dos alimentos básicos, a prefeitura também adquiriu fórmulas infantis para atender às crianças que necessitam de

alimentação especializada. Foram adquiridos produtos como fórmula infantil hidrolisada, bebida de arroz em pó e leite em pó integral, garantindo que todos os alunos tenham acesso a refeições adequadas às suas necessidades alimentares ou mesmo relacionadas a doenças.

A gestão municipal reforça que a distribuição dos alimentos segue um cronograma organizado para que todas as unidades recebam os produtos de forma equitativa e dentro das exigências nutricionais. Os recursos utilizados fazem parte

do planejamento da Secretaria de Educação para garantir o abastecimento contínuo das escolas ao longo do ano letivo.

"A merenda escolar desempenha um papel fundamental na rotina dos alunos, sendo muitas vezes a principal refeição do dia para algumas crianças. O compromisso da prefeitura é manter o fornecimento contínuo de alimentos, promovendo a segurança alimentar dos estudantes da rede municipal de ensino", completou a subsecretária de Educação, Ana Carolina Klapper.